

Mulher PM pede direitos iguais

**PROJETO ESTENDE
AOS MARIDOS DAS
MILITARES DIREITO
DE ASSISTÊNCIA
MÉDICA GRATUITA,
COMO DEPENDENTE**

João Pitella Júnior

As policiais militares de Brasília poderão virar *bons partidos*, se depender de um projeto de lei, já aprovado pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, que dá a elas o direito de terem os maridos como seus dependentes legais, com garantia de assistência médica gratuita nos hospitais e clínicas odontológicas conveniadas com a PM.

Até hoje, apesar de a Constituição Federal (promulgada em 1988) determinar que todos são iguais perante a lei, apenas os homens da PM podem ter as suas *caras-metades* como dependentes. Isso porque o Estatuto da PM (a lei 7.289 de 1984) estabelece esse direito só para "a esposa".

No projeto, do ex-deputado Alberto Fraga (PMDB-DF) – que é coronel aposentado da polícia –, a palavra "esposa" é trocada por "côn-

juge", que engloba tanto o marido quanto a mulher.

Essa proposta, apresentada há dois anos, passou pela Comissão de Trabalho na última semana, e agora irá para mais uma comissão antes de ser votada em plenário. "É uma questão de justiça para com as famílias dos policiais militares. Se o homem tem um direito, não há porque a mulher não ter também o mesmo e vice-versa", argumenta Fraga.

A major Soraya Barbosa, que está na PM há 19 anos, fez parte da primeira turma de soldados e também da primeira turma de oficiais da corporação. Ela já sentiu no bolso os efeitos do tratamento desigual.

O marido dela, que é civil, teve uma crise renal e foi atendido na emergência do Hospital das Forças Armadas (HFA), conveniado com a PM. Soraya inclusive precisou pagar pelo atendimento do marido, que seria totalmente gratuito para uma mulher de policial.

"Não sou feminista, mas acredito que, no aspecto social, os direitos devem ser

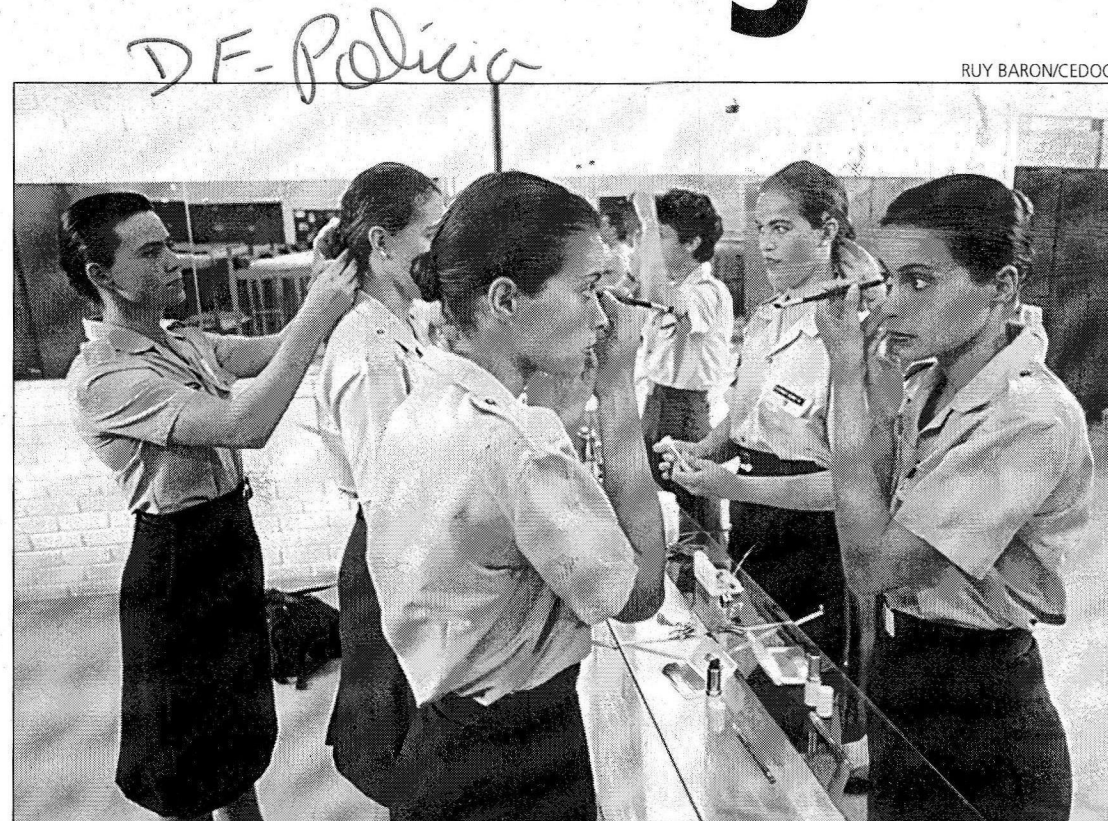
iguais para os homens e as mulheres", afirma Soraya. "As mulheres da PM são profissionais como quaisquer outras, ocupam espaços e devem ser reconhecidas", acrescenta ela, que foi pioneira ao comandar um quartel da PM em Brasília (a 20ª Companhia, responsável pelo policiamento do Poder Judiciário e do Ministério Público).

Quem também gostou da novidade foi a cabo Ana Costa, na PM há 15 anos. "Hoje, o meu marido não tem direito a nada, o que é um absurdo. Essa discriminação precisava mesmo acabar", comemora.

Atualmente, há cerca de 300 mulheres na PM do Distrito Federal, cujo efetivo total é de 17 mil pessoas. Pela lei em vigor, além da esposa são dependentes dos policiais as filhas (quando são viúvas ou

divorciadas e não têm outro salário), a mãe solteira e a madrasta viúva e os avós e pais (desde que sejam inválidos e casados com pessoas que não recebam salários).

**300 mulheres
fazem parte da
Polícia Militar do
DF, que tem um
efetivo de cerca de
17 mil integrantes**



FRANCISCO STUCKERT



O CORPO feminino da Polícia Militar do DF aguarda com grande expectativa a aprovação do projeto do deputado Alberto Fraga. A proposta foi apresentada pelo parlamentar de Brasília há dois anos. Na semana passada, ela passou pela Comissão de Trabalho e agora irá para mais uma comissão, antes de ser votada em plenário, na Câmara. "É uma questão de justiça", diz Fraga.